

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPEM/RO**

**CONCURSO PÚBLICO para provimento de cargos efetivos,
pertencentes ao Quadro de Pessoal do IPEM/RO.**

CONTROLADOR INTERNO

**PROVA
S07 - P
TARDE**

ATENÇÃO:
Verifique se o código da
prova deste caderno de
questões confere com o
seu cartão de respostas

**TRANSCREVA EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS A FRASE
DO ESCRITOR FERNANDO SABINO PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

"No fim tudo dá certo, e se não deu certo é porque ainda não chegou ao fim."

ATENÇÃO

● DURAÇÃO DA PROVA: 03h30min

● ESTE CADERNO CONTÉM 50 (CINQUENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO:

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	2
História e Geografia de Rondônia	5	2
Conhecimentos Específicos	35	2

● VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

● RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões, não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Nosso espaço

Já somos 6 bilhões, não contando o milhão e pouco que nasceu desde o começo desta frase. Se fosse um planeta bem administrado isto não assustaria tanto. Mas é, além de tudo, um lugar mal frequentado. Temos a fertilidade de coelhos e o caráter de chacais, que, como se sabe, são animais sem qualquer espírito de solidariedade. As megacidades, que um dia foram símbolos da felicidade bem distribuída que a ciência e a técnica nos trariam – um helicóptero em cada garagem e caloria sintética para todos, segundo as projeções futuristas de anos atrás –, se transformaram em representações da injustiça sem remédio, cidadelas de privilégio cercadas de miséria, uma réplica exata do mundo feudal, só que com monóxido de carbono.

Nosso futuro é a aglomeração urbana e as sociedades se dividem entre as que se preparam – conscientemente ou não – para um mundo desigual e apertado e as que confiam que as cidadelas resistirão às hordas sem espaço. Os jornais ficaram mais estreitos para economizar papel, mas também porque diminuí a área para expansão dos nossos cotovelos. Chegaremos ao tabloide radical, duas ou três colunas magras onde tudo terá de ser dito com concisão desesperada. Adeus advérbios de modo e frases longas, adeus frivolidades e divagações superficiais como esta. A tendência de tudo feito pelo homem é para a diminuição – dos telefones e computadores portáteis aos assentos na classe econômica. O próprio ser humano trata de perder volume, não por razões estéticas ou de saúde, mas para poder caber no mundo.

No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado. Surpreende a extensão dos jardins do palácio imperial no centro de Tóquio, uma cidade onde nem milionário costuma ter mais de dois quartos, o que dirá um quintal. É que o espaço é a suprema deferência japonesa. O imperador sacralizado é ele e sua imensa circunstância.

Já nos Estados Unidos, reverencia-se o espaço com o desperdício. Para entender os americanos você precisa entender a sua classificação de camas de acordo com o tamanho: *queen size*, tamanho rainha, *king size*, para reis, e, era inevitável, *emperor size*, do tamanho de jardins imperiais. É o espaço como suprema ostentação, pois – a não ser para orgias e piqueniques – nada é mais supérfluo do que espaço sobrando numa cama, exatamente o lugar onde não se vai a lugar algum.

Os americanos ainda não se deram conta de que, quando chegar o dia em que haverá chineses embaixo de todas as camas do mundo, quanto maior

a cama, mais chineses.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. (<www.sinprors.org.br/extraclasse/jun07/verissimo.asp>)

Questão 01

De acordo com o texto, apenas uma das alternativas abaixo é verdadeira. Assinale-a.

- A) A única característica que diferencia o período feudal dos tempos atuais é a grande quantidade de monóxido de carbono que havia naquela época.
- B) Um dos problemas mais graves que enfrentamos é o elevado índice populacional e a falta de solidariedade entre as pessoas.
- C) As grandes cidades, onde se encontram tecnologia de ponta e desenvolvimento científico, representam o espaço de maior prosperidade.
- D) Segundo o autor do texto, os japoneses, representados pela figura do imperador, é o povo que melhor convive com o excesso de espaço físico.
- E) Ao comparar Japão e Estados Unidos, o autor demonstra sua admiração pela maneira com que os americanos se relacionam com o espaço físico.

Questão 02

Em qual dos trechos abaixo, o autor emite um julgamento de valor a respeito de sua própria produção escrita?

- A) “Já somos 6 bilhões, não contando o milhão e pouco que nasceu desde o começo desta frase.”
- B) “Mas é, além de tudo, um lugar mal frequentado.”
- C) “Adeus advérbios de modo e frases longas, adeus frivolidades e divagações superficiais como esta.”
- D) “Para entender os americanos você precisa entender a sua classificação de camas de acordo com o tamanho [...]”
- E) “Chegaremos ao tabloide radical, duas ou três colunas magras onde tudo terá de ser dito com concisão desesperada.”

Questão 03

Conhecendo a regência do verbo CONFIAR, percebe-se que, ao redigir o período abaixo, o autor optou pela omissão da preposição:

“Nosso futuro é a aglomeração urbana e as sociedades se dividem entre as que se preparam – conscientemente ou não – para um mundo desigual e apertado e as que confiam que as cidadelas resistirão às hordas sem espaço.”

- A) a
- B) com
- C) de
- D) para
- E) em

Questão 04

Apenas um dos elementos de coesão destacados NÃO retoma, no texto, um termo anunciado anteriormente. Aponte-o.

- A) “Se fosse um planeta bem administrado ISTO não assustaria tanto.” (parágrafo 1)
- B) “As megacidades, QUE um dia foram símbolos da felicidade bem distribuída que a ciência e a técnica nos trariam [...]” (parágrafo 1)
- C) “Nosso futuro é a aglomeração urbana e as sociedades se dividem entre AS que se preparam – conscientemente ou não – para um mundo desigual [...]” (parágrafo 2)
- D) “MAS é, além de tudo, um lugar mal frequentado.” (parágrafo 1)
- E) “[...] e AS que confiam que as cidadelas resistirão às hordas sem espaço.” (parágrafo 2)

Questão 05

Na relação textual, o quarto parágrafo estabelece com o terceiro uma relação de:

- A) temporalidade.
- B) oposição.
- C) consequência.
- D) conformidade.
- E) finalidade.

Questão 06

Que opção apresenta, respectivamente, os sinônimos das palavras destacadas nos trechos abaixo?

“[...] e as que confiam que as cidadelas resistirão às HORDAS sem espaço.”
“É que o espaço é a suprema DEFERÊNCIA japonesa.”
“É o espaço como suprema OSTENTAÇÃO [...]”

- A) limites - variedade - respeito
- B) cidades - divergência - habilidade
- C) pessoas carentes - orgulho - imposição
- D) bando indisciplinado - reverência - exibição
- E) malfeitores - displicência - grandeza

Questão 07

A conjunção que introduz o período: “Se fosse um planeta bem administrado isto não assustaria tanto.”, expressa:

- A) causa.
- B) conformidade.
- C) finalidade.
- D) comparação.
- E) condição.

Questão 08

O autor desenvolve sua tese com frases carregadas de ironia. Dentre as opções abaixo, identifique o trecho em que se observa claramente essa figura de linguagem.

- A) “O próprio ser humano trata de perder volume, não por razões estéticas ou de saúde, mas para poder caber no mundo.”
- B) “No Japão, onde muita gente convive há anos com pouco lugar, o espaço é sagrado”.
- C) “É que o espaço é a suprema deferência japonesa.”
- D) “Nosso futuro é a aglomeração urbana e as sociedades se dividem entre as que se preparam – conscientemente ou não – para um mundo desigual e apertado e as que confiam que as cidadelas resistirão às hordas sem espaço.”
- E) “Surpreende a extensão dos jardins do palácio imperial no centro de Tóquio, uma cidade onde nem milionário costuma ter mais de dois quartos [...]”

Questão 09

Assinale a opção que completa, correta e respectivamente, as lacunas da frase abaixo.

Essa constatação, carregada de estranha obviedade, obriga-nos quase ___ tratar como uma circunstância paralela e eventual aquela que deve ser considerada ___ marca humana por excelência: ___ capacidade de reflexão e consciência.

- A) à - a - a
- B) à - à - a
- C) a - a - a
- D) a - à - a
- E) a - a - à

Questão 10

No que diz respeito à colocação pronominal, apenas uma das opções abaixo NÃO segue a norma culta da língua. Assinale-a.

- A) Tenho trazido-o sempre comigo!
- B) Tudo lhe será perdoado.
- C) Queria saber o que se tinha passado.
- D) O coordenador veio interromper-me.
- E) Como te hei de receber em minha casa?

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

Questão 11

“[...] redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto que a Espanha controlava a maior parte da baixa do Prata. Neste Tratado, o princípio do usucapião (*uti possidetis*), que quer dizer a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.” (Retirado do site: <http://www.ibge.gov.br/brasil500/constt/territ_legalizado.html> em 27/12/2012)

A redefinição do território colonial brasileiro foi realizada por meio de alguns tratados. O tratado ao qual o texto faz referência é o de:

- A) Lisboa (1681).
- B) Madri (1750).
- C) Santo Idelfonso (1777).
- D) Badajós (1801).
- E) Petrópolis (1903).

Questão 12

CAPÍTULO I

Da Criação do Estado de Rondônia

Art. 1º - Fica criado o Estado de Rondônia, mediante a elevação do Território Federal do mesmo nome a essa condição, mantidos os seus atuais limites e confrontações.

Art. 2º - A Cidade de Porto Velho - será a Capital do novo Estado. (Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981)

A criação do estado de Rondônia efetivou-se através da Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, que elevou o Território Federal já existente à condição de Estado, mantendo seus limites e fronteiras. Respectivamente, era Presidente do Brasil e foi instituído como primeiro governante do Estado na ocasião:

- A) Fernando Collor de Melo e Jerônimo Garcia de Santana.
- B) Getúlio Vargas e Ivo Cassol.
- C) Fernando Henrique Cardoso e Ângelo Agelin.
- D) Castelo Branco e Valdir Raupp.
- E) João Batista Figueiredo e Jorge Teixeira de Oliveira.

Questão 13

Em relação a sua face sudeste, o estado de Rondônia faz fronteira com:

- A) Mato Grosso e Acre.
- B) Acre e Amazonas.
- C) Mato Grosso e Bolívia.
- D) Bolívia e Amazonas.
- E) Mato Grosso do Sul e Paraná.

Questão 14

A rede hidrográfica do estado de Rondônia é representada pelo rio Madeira e seus afluentes, que formam bacias hidrográficas significativas. NÃO compõe a hidrografia de Rondônia a seguinte bacia hidrográfica:

- A) Jamari.
- B) Abunã.
- C) Mamoré.
- D) Guaporé.
- E) Paraná.

Questão 15

A origem do nome do atual estado de Rondônia deve-se a uma homenagem ao sertanista Marechal Cândido Rondon, personagem importante na ocupação da região. O início das expedições de Rondon que ampliaram o conhecimento da região Norte foi motivado pela famosa Comissão Rondon, que consistia na:

- A) instalação de linhas telegráficas estratégicas pelo interior.
- B) construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.
- C) pesquisa etnológica das populações indígenas locais.
- D) delimitação e fiscalização das fronteiras de Rondônia.
- E) oficialização da extração da borracha pelo interior do território.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 16**

Suponha que o governo do Estado, diante das diversas demandas da população, resolveu, de forma democrática, efetuar uma pesquisa de opinião acerca das prioridades a serem observadas na sua gestão. O resultado da pesquisa apontou: 83% votaram na melhoria do sistema de saúde; 15% na necessidade de contratação de professores; e 2% na necessidade de investir na formação de policiais. Diante desse resultado, o governo resolveu priorizar políticas e programas voltados para a melhoria do sistema de saúde. Um dos programas trata do investimento no treinamento dos médicos, funcionários e concursados do Estado, no combate à malária e sua posterior alocação definitiva para as áreas onde há alto índice de registros da doença. Ao final do período, apurou-se:

	Planejado	Realizado
Número de médicos treinados	88	88
Custo total	R\$ 88.000,00	R\$ 90.000,00
Período	1 ano	1 ano
Transferências para as áreas foco	88	88

Diante das informações disponíveis, desde a pesquisa até a apuração dos resultados, no que se refere aos conceitos de efetividade, eficácia e eficiência, pode-se afirmar que o governo do Estado foi:

- A) eficiente, porém observando-se uma pequena eficácia.
- B) efetivo, porém observando-se uma pequena eficácia.
- C) eficiente, porém observando-se uma pequena efetividade.
- D) eficaz, porém observando-se uma pequena ineficiência.
- E) ineficaz, porém observando-se uma alta eficiência.

Questão 17

Uma empresa está desenvolvendo uma tecnologia inédita para aferição de taxímetros que, futuramente, deverá ser patenteada. Infelizmente, por motivos incontornáveis, a empresa precisou abandonar a pesquisa. Assim, o contador da empresa deve, inicialmente:

- A) debitar, imediatamente, a conta de resultados do exercício.
- B) creditar uma conta de imobilizado.
- C) baixar os desembolsos referentes a este desenvolvimento, os quais estão registrados em uma conta de despesas.
- D) creditar uma conta de investimentos.
- E) amortizar os valores ativados em conformidade com o período previsto de utilização da tecnologia.

Questão 18

No segundo semestre de 2012, a “guerra cambial” foi um dos assuntos mais comentados na pauta de economia internacional do governo brasileiro. A presidente Dilma Rousseff falou sobre o conflito em seu discurso na ONU, enquanto Guido Mantega, Ministro da Fazenda, popularizou a expressão mundo afora (adaptado de Ecofinanças, publicado em 02/10/2012). A intenção da presidente em seu discurso era mostrar que estava em andamento, principalmente nas economias centrais, como os Estados Unidos:

- A) uma política de restrição da base monetária.
- B) uma forma artificial de proteção do mercado local.
- C) uma redução drástica nas intervenções do câmbio no sentido de facilitar a flutuação da moeda conforme o mercado.
- D) uma injeção de dinheiro público nas empresas locais, por meio da aquisição de ações por parte do Tesouro, no sentido de aumentar a competitividade dessas empresas.
- E) a emissão de títulos do governo, a juros extremamente reduzidos, para captação de recursos, fato que também pode ser verificado na zona do Euro.

Questão 19

A Cia. Energética, que atua na geração de energia hidroelétrica, detectou a necessidade de investir na recuperação das margens do reservatório sob sua concessão. Assim, a assembleia de acionistas da referida Cia. aprovou um aumento de capital no valor de \$ 2.500.000,00 que será integralizado em numerário. Assinale, abaixo, a única opção válida no processo de registro dessa operação contábil.

- A) D – Caixa/Bancos Cta. Movimento (Ativo Circulante), C – Capital Social Subscrito a Integralizar – Preservação Ambiental (Passivo), no registro da subscrição.
- B) D – Capital Social Subscrito a Integralizar – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), C – Capital Social Subscrito – Preservação Ambiental (Passivo), no registro da integralização.
- C) D – Caixa/Bancos Cta. Movimento (Ativo Circulante), C – Capital Social Subscrito a Integralizar – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), D – Capital Social Subscrito a Integralizar – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), C – Capital Social Subscrito – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), no registro da subscrição apenas.
- D) D – Caixa/Bancos Cta. Movimento (Ativo Circulante), C – Capital Social Subscrito a Integralizar – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), D – Capital Social Subscrito a Integralizar – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), C – Capital Social Subscrito – Preservação Ambiental (Passivo), no registro da integralização apenas.
- E) D – Capital Social Subscrito a Integralizar – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), C – Capital Social Subscrito – Preservação Ambiental (Patrimônio Líquido), no registro da subscrição.

Questão 20

Suponha que no início do exercício de 201X, a Cia. Botânica possuía 100 hectares (ha) de floresta nativa e a quantidade extraída durante todo o exercício de 201X foi de 10 hectares. Ao final do exercício, o contador apurou que 10% da floresta havia sido utilizada. Essa floresta pertence ao Estado e está sendo explorada pela Cia. Botânica por meio de um contrato de concessão. Este cálculo indica que a Cia. Botânica:

- A) identificou uma contingência ambiental.
- B) iniciou um processo de cálculo de amortização de uma floresta adquirida de terceiros.
- C) iniciou um processo de inventário com a finalidade de avaliação de estoque.
- D) está calculando quotas de depreciação referentes ao custo de formação da floresta.
- E) iniciou um processo de cálculo de quotas de exaustão.

Questão 21

Você está lendo o cronograma operacional para elaboração de um projeto de lei. Neste cronograma, estão contidos alguns procedimentos:

- I. Elaboração do anexo de riscos fiscais.
- II. Avaliar necessidade de incluir dispositivos de orientação sobre as operações de crédito por parte dos bancos oficiais de fomento.
- III. Elaboração do anexo de metas fiscais.

Fundamentado no arcabouço legal emanado pela Constituição Federal art. 165, que se refere às leis orçamentárias, você está de posse do cronograma operacional para elaboração:

- A) do Plano Plurianual.
- B) da Lei de Diretrizes Orçamentárias que será enviada à Câmara Legislativa.
- C) da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- D) das metas orçamentárias previstas no Plano Plurianual.
- E) dos desdobramentos da Lei Orçamentária Anual para a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Questão 22

Nos termos do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), “a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]”, razão pela qual o planejamento é essencial à gestão fiscal responsável. Os riscos fiscais podem ser conceituados como:

- A) eventos ocorridos que impactaram negativamente as contas públicas.
- B) de forma exclusiva, a possibilidade da ocorrência de eventos fora das ações previstas no programa de trabalho.
- C) riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.
- D) revezes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados qualitativos do exercício anterior.
- E) a ocorrência de eventos repetidos em diferentes exercícios que impactaram negativamente as contas públicas.

Questão 23

A dinâmica política, econômica e social após a sanção da Lei Orçamentária, de forma recorrente, faz com que ocorram alterações na previsão de receitas e na fixação de despesas. Inicialmente, esta percepção se verifica de forma gerencial, podendo ocorrer, em um próximo momento, uma reestimativa da Receita. Essa nova estimativa poderá ser influenciada por diversos motivos, entre eles:

- A) o excesso de arrecadação, o qual corresponde ao saldo positivo das diferenças, acumuladas nos exercícios anteriores, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se a tendência do exercício.
- B) a frustração de arrecadação, a qual corresponde ao saldo negativo das diferenças acumuladas nos exercícios anteriores, entre a arrecadação fixada e a realizada, desconsiderando-se a tendência do exercício.
- C) a autorização, por lei, de novas operações de crédito não previstas na elaboração da Lei Orçamentária.
- D) pelos acréscimos no detalhamento das respectivas classificações, em função de remanejamentos efetuados, as reduções serão classificadas como despesas.
- E) o cancelamento, pelos respectivos Poderes Executivo ou Judiciário, de autorização orçamentária de receita para cobrança no exercício.

Questão 24

O Poder Executivo de um determinado ente federativo deseja lançar uma nova política pública para a qual não há dotação orçamentária para os seus respectivos programas. Diante desse fato, determinou aos seus analistas que verificassem o limite disponível para possível solicitação. Após levantamento, a planilha dos analistas apresentava os seguintes dados:

Informações	Em \$
Ativo financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior	100.000
Passivo financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior	50.000
Reabertura de um crédito especial autorizado no exercício anterior	50.000
Economia de despesas do atual exercício	50.000

Com base nessas informações, o Chefe do Executivo resolveu avaliar o texto dos artigos da Lei Federal nº 4.320/1964 que regulam os créditos adicionais. Após análise, o mandatário:

- A) encaminhou ao Legislativo uma solicitação de créditos extraordinários no valor de \$ 50.000,00.
- B) descobriu que poderia alocar aos programas uma verba de \$ 100.000,00.
- C) encaminhou ao Legislativo uma solicitação de créditos especiais no valor de \$ 50.000,00.
- D) descobriu que, no momento, não disporia de recursos.
- E) encaminhou ao Legislativo uma solicitação de créditos suplementares no valor de \$ 100.000,00.

Questão 25

Suponha que você reside em um município no qual não há Tribunal de Contas ou Órgão equivalente. Sendo assim, seguindo as disposições da Lei Federal nº 4.320/1964:

- A) o Poder Legislativo municipal poderá designar peritos contadores para examinarem as contas apresentadas pelo Poder Executivo anualmente e emitirem seu parecer.
- B) o Poder Legislativo municipal deverá emitir parecer acerca das contas apresentadas anualmente pelo Poder Executivo.
- C) o Poder Executivo submeterá, anualmente, a sua prestação de contas ao Poder Legislativo, ficando a cargo do Poder Judiciário o julgamento final das contas apresentadas.
- D) o Poder Legislativo municipal deverá submeter as contas apresentadas anualmente pelo Poder Executivo ao Tribunal de Contas da instância superior.
- E) haverá a necessidade de que o julgamento final seja realizado em um colegiado composto por membros do Poder Legislativo e membros do Poder Judiciário, de forma a permitir um julgamento equilibrado entre os poderes.

Questão 26

Considerando: ativo circulante (AC), ativo não circulante (ANC), passivo circulante (PC) e patrimônio líquido (PL), assinale a alternativa correta, que melhor exemplifica um conjunto de contas consideradas retificadoras e sua localização no balanço patrimonial.

- A) Ações em tesouraria (PL) e deságios a amortizar (na aquisição de investimentos) (PC).
- B) Provisões para ajustes de custos ao valor de mercado (PC) e prejuízos acumulados (PL).
- C) Dividendos antecipados (AC) e depreciação acumulada (AC).
- D) Provisão para perdas prováveis na realização de investimentos (PC) e provisão para devedores duvidosos (ANC).
- E) Duplicatas descontadas (PC) e provisões para ajustes de custos ao valor de mercado (AC).

Questão 27

Segundo o CPC 26, que trata da apresentação das demonstrações contábeis, as notas explicativas NÃO:

- A) devem divulgar estimativas sob quaisquer hipóteses.
- B) devem divulgar informações que possuam risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos ao longo do próximo exercício social.
- C) devem divulgar pressupostos relativos ao futuro e outras fontes principais de incerteza.
- D) precisam fornecer informação específica, requerida por um pronunciamento técnico, interpretação ou orientação do CPC, se a informação não for material.
- E) precisam prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para a sua compreensão.

Questão 28

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (MCASP) na parte I, o princípio orçamentário da não vinculação (não afetação) da receita de impostos estabelecido pelo inciso IV do art. 167 da CF/1988, veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal. As exceções previstas no texto constitucional NÃO estão relacionadas com:

- A) os Fundos de Participação dos Estados (FPE).
- B) os Fundos de Participação dos Municípios (FPM).
- C) os Fundos de Desenvolvimento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- D) a destinação de recursos para as áreas de saúde, segurança e cultura.
- E) o oferecimento de garantias às operações de crédito por antecipação de receitas.

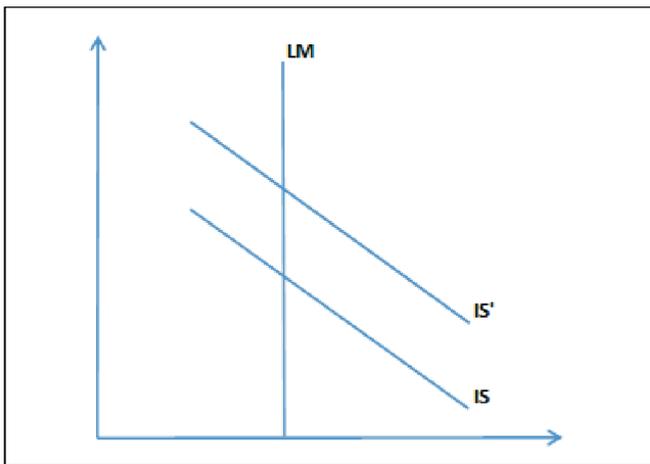
Questão 29

De forma geral, os ingressos extraorçamentários:

- A) podem ser entendidos como recursos financeiros de caráter temporário.
- B) integram as alocações da Lei Orçamentária Anual.
- C) não possuem previsão formal na Lei Orçamentária Anual, mas são de caráter orçamentário, podendo ser utilizados em programas e políticas públicas.
- D) são recursos que constituem passivos exigíveis e cujas restituições estão sujeitas à autorização legislativa.
- E) são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público.

Questão 30

Suponha os seguintes posicionamentos das curvas IS e LM:



E também que: $+\Delta\text{Gov}$ define um aumento dos gastos do governo, $-\Delta\text{Gov}$ uma redução dos gastos do governo e ΔGov apenas como uma variação (positiva ou negativa) dos gastos do governo.

Tomando o posicionamento da curva IS' como base, é correto afirmar que:

- A) $+\Delta\text{Gov}$ pode ter deslocado IS para IS', ocasionando um aumento da taxa de juros.
- B) $-\Delta\text{Gov}$ pode ter deslocado IS para IS', ocasionando um aumento da taxa de juros.
- C) $+\Delta\text{Gov}$ pode ter deslocado IS para IS', ocasionando uma redução da taxa de juros.
- D) $-\Delta\text{Gov}$ pode ter deslocado IS para IS', ocasionando uma redução da taxa de juros.
- E) ΔGov determinou o deslocamento da IS para IS' e alterou o nível de equilíbrio da renda.

Questão 31

Uma determinada manufatura produz o bem y . A função de custo total de produção desse bem é dada pela equação $B(y) = 3q^3 - q^2 - 2q + 1$. Sabendo-se que q é uma quantidade qualquer produzida, a função que calcula o custo marginal do bem y em um dado período é:

- A) $9y^2 - 2y - 2$
- B) $3y^3 - y^2 - 2y + 1$
- C) $9q^2 - 2q - 2$
- D) $3q^3 - q^2 - 2q + 1$
- E) $9q - q - (2/q)$

Questão 32

O resultado primário da União é representado pela diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias. Para a apuração desse resultado, as receitas são divididas entre primárias e não primárias. São exemplos da classificação orçamentária em receitas primárias e não primárias, respectivamente, as advindas:

- A) da emissão de títulos e das concessões.
- B) das concessões e das privatizações.
- C) das concessões e da cota-parte das compensações financeiras.
- D) das contribuições sociais e das provenientes de doações.
- E) da contratação de operações de crédito por organismos oficiais e das receitas de aplicações financeiras da União.

Questão 33

A Lei nº 12.462/2011 instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Segundo o jornal Valor Econômico (17/12/2012, p. A6), “o RDC simplesmente passou a dominar as principais compras públicas federais, colocando em xeque o futuro da Lei de Licitações – 8.666”. Todavia, o RDC ainda possui algumas restrições quanto à sua aplicação. Segundo o texto legal, o RDC NÃO pode ser aplicado:

- A) às obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais dos Estados da Federação distantes até 350 km das cidades-sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, entre outros eventos esportivos, considerados como mundiais pela referida Lei.
- B) às licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, constantes da Carteira de Projetos Olímpicos a ser definida pela Autoridade Pública Olímpica (APO).
- C) às licitações e contratos necessários à realização de obras e serviços de engenharia no âmbito dos sistemas públicos de ensino.
- D) às ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).
- E) às licitações e contratos necessários à aquisição de equipamentos para modernizar o sistema de saúde.

Questão 34

A Lei nº 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, em seu art. 25, trata do caso de empate entre duas ou mais propostas. Assinale entre as opções, aquela que o art. 25 NÃO contempla como critério de desempate.

- A) Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada em ato contínuo à classificação.
- B) Bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional.
- C) A avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído.
- D) Sorteio.
- E) Bens e serviços produzidos no País.

Questão 35

No que se refere à renúncia da receita, a Lei Complementar nº 101/2000, em seu art. 14 define que a renúncia deve (Inciso II) estar acompanhada de medidas de compensação, [...], por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. No referido artigo, o § 1º define a renúncia como anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. No entanto, no que se refere à alteração de alíquotas, o disposto nesse artigo (art. 14), NÃO se aplica (§ 3º) ao imposto:

- A) predial territorial urbano.
- B) sobre serviços.
- C) sobre o comércio de mercadorias e serviços.
- D) sobre os produtos industrializados.
- E) sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

Questão 36

Na contabilidade geral, algumas contas podem ser utilizadas como sistema de contas próprio, de uso exclusivamente optativo, para controle e registro dos atos administrativos relevantes. No entanto, estas contas podem estar relacionadas no Balanço Patrimonial – BP, sem nada ter a ver com o sistema de contas patrimoniais. Essas contas são as de:

- A) provisão.
- B) reservas.
- C) compensação.
- D) resultado.
- E) contingências.

Questão 37

Na nova redação dada à Resolução CFC nº 750/1993, por meio da publicação da Resolução CFC nº 1.282/2010, a atualização monetária:

- A) foi totalmente extinta.
- B) não pode mais ser entendida como um elemento das bases de mensuração dos componentes patrimoniais.
- C) pode ser entendida como uma das formas de variação do custo histórico.
- D) pode ser entendida como uma aplicação do princípio da oportunidade.
- E) tornou-se um dos princípios mais importantes, devido à globalização dos negócios e a adoção do *International Financial Reporting Standards* – IFRS pela contabilidade brasileira.

Questão 38

Na área pública, o regime orçamentário reconhece a despesa orçamentária:

- A) no exercício financeiro da emissão do empenho.
- B) somente pela liquidação.
- C) pelo fato gerador da obrigação e fora do exercício pela liquidação.
- D) sempre pela competência.
- E) no exercício financeiro pela liquidação e fora do exercício pela emissão do empenho.

Questão 39

Observe o seguinte registro na contabilidade pública:

- D- Crédito Tributário a Receber.
- C- Imposto sobre propriedade de veículos automotores.

De posse apenas desses dados, pode-se afirmar que se trata de uma variação patrimonial:

- A) mista ou composta.
- B) qualitativa aumentativa.
- C) qualitativa diminutiva.
- D) quantitativa aumentativa.
- E) quantitativa diminutiva.

Questão 40

Segundo o arcabouço legal – Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 – a dívida pública pode ser definida como consolidada (ou fundada) ou fluante. Nas opções abaixo, estão listadas algumas características associadas ao seu devido enquadramento como consolidada (ou fundada) ou fluante. Assinale a única alternativa correta.

- A) Compromisso de exigibilidade superior a doze meses – dívida fluante.
- B) Eventuais insuficiências de caixa de curto prazo – dívida fluante.
- C) Compromissos contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos – dívida fluante.
- D) Restos a pagar, excluídos os serviços da dívida – dívida pública consolidada ou fundada.
- E) Autorização legislativa para amortização ou resgate – dívida fluante.

Questão 41

Você é contador de um ente público e precisa apurar o resultado patrimonial. Considerando o plano de contas aplicado ao setor público, o caminho mais eficiente (ou mais rápido) a ser percorrido para realizar sua tarefa é analisar as classes de contas:

- A) (Classe 1 – Classe 2) = resultado patrimonial.
- B) (Classe 2 – Classe 3) = resultado patrimonial.
- C) (Classe 3 – Classe 4) = resultado patrimonial.
- D) (Classe 4 – Classe 5) = resultado patrimonial.
- E) (Classe 5 – Classe 6) = resultado patrimonial.

Questão 42

As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando são efetuadas movimentações de parte do orçamento para outras unidades administrativas. As descentralizações de créditos orçamentários:

- A) modificam a programação ou o valor de suas dotações orçamentárias (créditos adicionais).
- B) alteram a unidade orçamentária (classificação institucional) detentora do crédito orçamentário aprovado na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais.
- C) não poderão ocorrer entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estrutura diferente.
- D) permitem que a execução da despesa orçamentária seja realizada por outro órgão ou entidade.
- E) alteram as classificações institucional, funcional, programática e econômica do crédito em referência.

Questão 43

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, parte V, que trata das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, propõe alguns procedimentos relativos a análises por quocientes para o Balanço Orçamentário. Segundo o referido manual, o Quociente do Resultado Orçamentário:

- A) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Despesa Empenhada, indicando a existência de *superavit* ou *deficit*.
- B) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Atualizada da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para a cobertura de despesas.
- C) é resultante da relação entre a Previsão Inicial da Receita e a Dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante na LOA.
- D) é resultante da relação entre a Receita Realizada e a Previsão Inicial da Receita, indicando a existência de excesso ou falta de arrecadação para administração dos indicadores fiscais.
- E) é resultante da relação entre os Créditos Adicionais abertos por meio de *superavit* financeiro e o total do *superavit* financeiro apurado no exercício anterior, indicando a parcela do *superavit* financeiro utilizada para abertura de créditos adicionais.

Questão 44

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – parte V, publica os conceitos e as estruturas dos demonstrativos da contabilidade pública. No que se refere aos conceitos e a estrutura do Balanço Financeiro, apresentados pelo referido manual, verifica-se que:

- A) a conta transferências financeiras recebidas é uma subconta da conta receita orçamentária.
- B) não são publicados o saldo inicial e o saldo final em espécie.
- C) a conta referente aos refinanciamentos está disposta, tanto no lado da receita orçamentária quanto no lado da receita orçamentária, no primeiro nível hierárquico.
- D) a conta deduções da receita orçamentária é uma subconta das despesas orçamentárias.
- E) deve discriminar as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária.

Questão 45

Em um processo de auditoria externa, o maior nível de materialidade de uma conta ou transação está relacionado com:

- A) um menor nível de risco.
- B) um maior volume necessário de evidências.
- C) uma menor relevância.
- D) um menor número de eventos de menor relevância.
- E) uma maior satisfação dos usuários da informação contábil.

Questão 46

Você é um auditor público do governo e foi designado para um processo de inventário patrimonial em uma determinada autarquia. Com a intenção de adiantar o seu trabalho, solicitou ao seu colega, contador da autarquia, um levantamento inicial dos elementos do ativo. Seu colega rapidamente enviou as seguintes informações:

Item	Data da aquisição	Quant	Custo Unitário	Valor Total (em \$)	Tipo de Material
1	02/05/201X	20	2,00	40,00	Consumo
2	02/05/201X	50	50,00	2.500,00	Consumo
3	02/05/201X	10	500,00	5.000,00	Consumo
4	02/05/201X	2	1.000,00	2.000,00	Permanente

Com base nessas informações, de forma preliminar, você:

- A) concluiu que o grupamento efetuado pelo seu colega está errado, mas pode aproveitar a forma de arrolamento.
- B) entendeu que precisa obter as características dos elementos listados no item 4 (quatro) para que possa solicitar uma nova avaliação.
- C) tomou conhecimento de que o preço médio de itens iguais de consumo é de \$ 94,25.
- D) tomou conhecimento de que o preço médio dos elementos listados no item 4 (quatro) é de \$ 1.000,00.
- E) pôde iniciar o seu trabalho a partir do arrolamento enviado pelo seu colega.

Questão 47

No que se refere às sanções previstas na Lei Federal nº 8.429/1992, é correto afirmar que:

- A) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos será efetivada por determinação da autoridade judicial ou da autoridade administrativa.
- B) o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, somente poderá ser determinado após o trânsito em julgado da ação.
- C) durante a instrução processual, a autoridade administrativa fica impedida de requerer qualquer sanção sobre o agente público em julgamento, inclusive o afastamento de suas funções, sem prejuízo da remuneração.
- D) serão inaplicáveis ou extintas no caso de acordo ou conciliação.
- E) independem da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento.

Questão 48

Sobre os princípios constitucionais da Constituição Federal, é possível afirmar (adaptado de Castro, 2009):

- A) O princípio da eficiência é um conceito econômico, não qualifica normas, somente atividades.
- B) Tudo é permitido, exceto o legalmente proibido.
- C) O princípio da moralidade alcança a moral institucional; desta forma, esse princípio se sobrepõe ao princípio da legalidade.
- D) O princípio da impessoalidade é o que mais se aproxima da ideia de bons-costumes e da boa-fé.
- E) A legalidade impõe obrigação ao gestor público e a finalidade limita sua ação, sendo assim legalidade e finalidade devem ser vistas de forma dissociada.

Questão 49

Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) publicado pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

- A) A estrutura conceitual equivale a um pronunciamento técnico e, sendo assim, define normas ou procedimentos sobre aspectos de mensuração ou divulgação.
- B) As informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos: órgãos reguladores de governo, investidores, financiadores e outros credores, nesta ordem de prioridades.
- C) As agências reguladoras podem determinar, especificamente, exigências para atender seus próprios interesses.
- D) As especificidades requeridas pelos órgãos reguladores governamentais não devem ocasionar conflitos de informação nos demonstrativos.
- E) A sua estrutura conceitual pode ser modificada para atender aos interesses informacionais dos órgãos reguladores.

Questão 50

As tomadas de contas relacionadas aos gestores da administração direta e os procedimentos de prestações de contas para os demais casos analisados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) poderão ser julgados:

- A) e aprovados, onde o referido tribunal aprova as contas do gestor apresentadas de forma clara e objetiva, bem como a exatidão dos demonstrativos contábeis, podendo ser toleradas pequenas falhas de natureza formal.
- B) e aprovados com ressalvas, onde o referido tribunal aprova as contas do gestor apresentadas de forma clara e objetiva, bem como a exatidão dos demonstrativos contábeis, existindo porém, a possibilidade de danos ao erário que devem ser apurados.
- C) irregulares, porque existem falhas ou improbidades que não causaram dano ao erário.
- D) iliquidáveis, quando caso o fortuito ou força maior tornar materialmente impossível o julgamento do mérito.
- E) liquidáveis, advêm da falha de natureza formal, sem irregularidades.